



DECLARAÇÃO DE PARENTESCO (Modelo Item D).

EU, _____,
portador (a) da Cédula de Identidade de n.º _____ e devidamente inscrito
(a) no CPF sob o n.º _____.

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. (Súmula Vinculante N.º 13 STF)

DECLARO, assumindo as consequências civis, penais e administrativas, por expressão fiel da verdade que:

() **NÃO POSSUO** vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com a autoridade nomeante do cargo comissionado ou função de confiança, com o responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, ou autoridade responsável pelo Contrato por Tempo Determinado.

() **POSSUO** vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com a autoridade nomeante do cargo comissionado ou função de confiança, com o responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, ou autoridade responsável pelo Contrato por Tempo Determinado.

NOME: _____	NOME: _____
CARGO: _____	CARGO: _____
PARENTESCO: _____	PARENTESCO: _____

NOME: _____	NOME: _____
CARGO: _____	CARGO: _____
PARENTESCO: _____	PARENTESCO: _____

Código Penal

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.



Lei Municipal 5.718 – FICHA LIMPA.

ART. 1º. *É vedada, no âmbito deste município, a nomeação para cargo de provimento em comissão, declarado por lei de livre nomeação e exoneração, inclusive de o Secretário do Município ou equivalente, bem como a contratação por prazo determinado, de pessoa que se encontre inserida nas seguintes condições: (...)*

Art. 2º - *Os atos praticados por qualquer agente público em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos.*

Cuiabá, ____ de _____ de 20__.

NOME E ASSINATURA



DECLARAÇÃO DE PLENO GOZO DOS DIREITOS POLÍTICOS E CIVIS (Modelo Item E).

EU, _____,
portador (a) da Cédula de Identidade de n.º _____ e devidamente inscrito
(a) no CPF sob o n.º _____.

DECLARO que estou em pleno gozo dos meus direitos políticos, bem como, não fui condenado em processo civil ou processo criminal por prática de crimes contra a Administração Pública.

Estando de acordo com **Título XI Dos Crimes Contra A Administração Pública do Código Penal**, com a **Lei 7.492 de 1986** que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências, bem como dispõe a **Lei 8.492 de 1992** sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

Ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e por ele responderei independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento, dato e assino a presente declaração.

Código Penal

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Lei Municipal 5.718 – FICHA LIMPA.

ART. 1º. É vedada, no âmbito deste município, a nomeação para cargo de provimento em comissão, declarado por lei de livre nomeação e exoneração, inclusive de o Secretário do Município ou equivalente, bem como a contratação por prazo determinado, de pessoa que se encontre inserida nas seguintes condições: (...)

Art. 2º - Os atos praticados por qualquer agente público em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos.

Cuiabá, ____ de _____ de 20__.

NOME E ASSINATURA



DECLARAÇÃO PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO (Modelo Item F).

EU, _____,
portador (a) da Cédula de Identidade de n.º _____ e devidamente inscrito
(a) no CPF sob o n.º _____.

DECLARO que não estou incompatibilizado para a investidura do cargo de provimento em comissão, bem como a contratação por prazo determinado conforme prevê a Lei Municipal N.º 5.718 de 27 de Setembro de 2013.

ART. 1º. *É vedada, no âmbito deste município, a nomeação para cargo de provimento em comissão, declarado por lei de livre nomeação e exoneração, inclusive de o Secretário do Município ou equivalente, bem como a contratação por prazo determinado, de pessoa que se encontre inserida nas seguintes condições: (...)*

Sob pena de responsabilidade do Art. 2º da Lei municipal e pena de responsabilidade do Art. 299 do Código Penal:

Lei Municipal n.º 5.718

Art. 2º - *Os atos praticados por qualquer agente público em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos.*

Código Penal

Art. 299 - *Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante*

Ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento, dato e assino a presente declaração.

Cuiabá, ____ de _____ de 20__.

NOME E ASSINATURA



DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMÚLO ILÍCITO DE APOSENTADORIA, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA (Modelo Item G).

EU, _____,
portador (a) da Cédula de Identidade de n.º _____ e devidamente inscrito
(a) no CPF sob o n.º _____.

DECLARO que não ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, conforme prevê o Art. 37, XVI da Constituição Federal.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

Sob pena de responsabilidade do Art. 299 do Código Penal:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Lei Municipal 5.718 – FICHA LIMPA.

ART. 1º. É vedada, no âmbito deste município, a nomeação para cargo de provimento em comissão, declarado por lei de livre nomeação e exoneração, inclusive de o Secretário do Município ou equivalente, bem como a contratação por prazo determinado, de pessoa que se encontre inserida nas seguintes condições: (...)

Art. 2º - Os atos praticados por qualquer agente público em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos.

Por ser expressão de verdade, dato e assino a presente declaração.

Cuiabá, ____ de _____ de 20__.

NOME E ASSINATURA

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCER QUALQUER ATIVIDADE
PÚBLICA OU PRIVADA INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DA
FUNÇÃO. (Modelo Item H).**

EU, _____,
portador (a) da Cédula de Identidade de n.º _____ e devidamente inscrito
(a) no CPF sob o n.º _____.

DECLARO que não desempenho qualquer cargo, emprego ou função pública, bem como não exerço atividade privada incompatível com a condição funcional de servidor público desta municipalidade, conforme prevê a Lei Municipal N.º 5.718 de 27 de Setembro de 2013.

***ART. 1º.** É vedada, no âmbito deste município, a nomeação para cargo de provimento em comissão, declarado por lei de livre nomeação e exoneração, inclusive de o Secretário do Município ou equivalente, bem como a contratação por prazo determinado, de pessoa que se encontre inserida nas seguintes condições: (...)*

Sob pena de responsabilidade do Art. 2º da Lei municipal e pena de responsabilidade do Art. 299 do Código Penal:

Lei Municipal n.º 5.718

***Art. 2º** - Os atos praticados por qualquer agente público em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos.*

Código Penal

***Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante*

Ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento, dato e assino a presente declaração.

Cuiabá, ____ de _____ de 20__.

NOME E ASSINATURA



DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ (Modelo Item I).

EU, _____,
portador (a) da Cédula de Identidade de n.º _____ e devidamente inscrito
(a) no CPF sob o n.º _____.

DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade deste município, não ocupo ou recebo aposentadoria de cargo, empegou ou função pública que contradizem acumulação ilícita, na forma do Art. 37, XVI da Constituição Federal.

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

(...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

Ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e por ele responderei independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento, dato e assino a presente declaração.

Código Penal

Art. 299 - *Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.*

Lei Municipal 5.718 – FICHA LIMPA.

ART. 1º. *É vedada, no âmbito deste município, a nomeação para cargo de provimento em comissão, declarado por lei de livre nomeação e exoneração, inclusive de o Secretário do Município ou equivalente, bem como a contratação por prazo determinado, de pessoa que se encontre inserida nas seguintes condições: (...)*

Art. 2º - *Os atos praticados por qualquer agente público em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos.*

Cuiabá, ____ de _____ de 20__.

NOME E ASSINATURA

